

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS DA COMARCA
DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS Nº 01/2020

CADERNO DE PROVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

| | |
|-----------|---|
| 1 | Confira se, além deste CADERNO DE PROVAS, que contém 38 (trinta e oito) questões objetivas e a questão dissertativa, você recebeu a FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva e a FOLHA DE RESPOSTA da Prova Dissertativa. |
| 2 | Verifique se o seu nome e número de inscrição lançado no Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI conferem com aqueles contidos em ambas as FOLHAS DE RESPOSTAS. Em caso de divergência, notifique imediatamente o fiscal. |
| 3 | Após a conferência, assine no espaço próprio da FOLHA DE RESPOSTAS da prova Objetiva e no presente CADERNO DE PROVAS, utilizando, obrigatoriamente, caneta esferográfica de tinta preta ou azul fabricada com material transparente. |
| 4 | Não dobre, não amasse e nem manche as FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Objetiva e da Prova Dissertativa. NÃO haverá substituição por erro do candidato. |
| 5 | Na FOLHA DE RESPOSTAS da prova Objetiva marque, para cada questão, a letra correspondente à opção escolhida para a resposta, à caneta esferográfica de tinta preta ou azul. |
| 6 | Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções, identificadas com as letras A, B, C e D. Apenas uma responde à questão. A marcação em mais de uma opção anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta. |
| 7 | O tempo disponível para esta prova é de 3 (três) horas e 30 (minutos), nele incluído o tempo necessário ao preenchimento de ambas as folhas de respostas. |
| 8 | Quando terminar a prova entregue ao fiscal, obrigatoriamente, ambas as FOLHAS DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVA. |
| 9 | O candidato somente poderá deixar o local de prova após 1 (uma) hora do início da aplicação da prova. |
| 10 | Ao final da Prova Objetiva e Dissertativa, os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto, sendo somente liberados após presenciarem o lacre de todo o material, mediante assinatura de termo formal. |

NOME DO(A) CANDIDATO(A):

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

RG Nº:

CPF Nº:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1) Considerando as disposições do Código Civil, analise as seguintes assertivas.

(I) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(II) Não se admite a revogação de ato de disposição do próprio corpo para depois da morte quando celebrado com objetivos científicos ou altruísticos e de forma gratuita.

(III) Quando não presente o intuito difamatório, admite-se a exposição do nome da pessoa por outrem em publicações que a exponham a desprezo público.

(IV) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado somente começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

Assinale a alternativa que apresenta as assertivas corretas:

A) I e II apenas.

B) II, III e IV apenas.

C) IV apenas.

D) nenhuma das assertivas está correta.

2) Conforme dispõe o Código Civil, é hipótese de negócio jurídico nulo:

A) aquele em que alguém aparenta conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem.

B) aquele em alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assumir obrigação excessivamente onerosa;

C) aquele em que alguém, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

D) a compra e venda de ascendente a descendente sem o expreso consentimento de descendentes e do cônjuge do alienante.

3) Assinale a assertiva correta.

A) Conforme jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, não se admite a responsabilização civil pela perda de uma chance, pois essa teoria dispensa a presença de um dano efetivo ou de um dano emergente, em descompasso com os requisitos da responsabilidade civil estampados nos artigos 186 e 927 do Código Civil.

B) Segundo o Código Civil, são espécies de contrato que não se celebram validamente de forma verbal: a compra e venda de bem móvel com reserva de domínio, a doação de bem móvel de valor superior a 30 (trinta) salários mínimos e o mandato.

C) Em respeito ao princípio da boa-fé, o Código Civil somente admite a estipulação da fiança mediante o consentimento expreso do devedor do contrato principal.

D) Conforme dispõe o Código Civil, o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais vantajosa, e, se consentir em recebê-la, e for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada.

4) Assinale a assertiva correta.

A) Nos termos do Código Civil, a servidão predial é instituto previsto no direito de vizinhança, que assegura ao proprietário de imóvel encravado a passagem forçada através de imóvel de propriedade vizinho, independentemente da vontade deste.

B) Uma vez ajuizada ação de cobrança de dívida já paga, presente a má-fé do credor, é aplicável a sanção de repetição de indébito cominada no Código Civil, independentemente de ter havido efetivo desembolso de valores pelo suposto devedor com relação à nova cobrança.

C) São modalidades do contrato de empréstimo previstas no Código Civil o mútuo e o comodato, que se assemelham por ambas poderem ser celebradas a título gratuito ou oneroso e se diferenciam pelo fato de que o mútuo possui como objeto bens fungíveis e o comodato, bens infungíveis.

D) Pelas disposições do Código Civil sobre o condomínio edilício, as despesas relativas a partes comuns incumbem a todos os condôminos, ainda que delas se servir exclusivamente um dos condôminos.

5) Considerando as disposições do Código de Processo Civil, analise as assertivas abaixo.

(I) Por força do princípio do contraditório, em nenhuma hipótese haverá decisão proferida contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

(II) Conforme disposições do Código de Processo Civil, a tutela provisória de urgência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental, mas não se admite a concessão de tutela provisória de evidência em caráter antecedente.

(III) Em determinado processo, verificada a irregularidade de representação da parte ré, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício, sob pena de extinção do feito.

(IV) A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

Assinale a alternativa correta.

A) As assertivas I, III e IV estão corretas.

B) As assertivas III e IV estão corretas.

C) As assertivas II e III estão corretas.

D) Somente a assertiva II está correta.

6) Segundo o Código de Processo Civil, são hipóteses em que há fundamento para um pronunciamento judicial com resolução de mérito:

- A) A homologação de transação, o reconhecimento da prescrição e o reconhecimento da decadência.
- B) O reconhecimento da coisa julgada.
- C) O reconhecimento da litispendência e o reconhecimento da perempção.
- D) O reconhecimento da prescrição e o falecimento da parte autora em ação considerada intransmissível por disposição legal.

7) Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a assertiva correta.

- A) Por não se admitir a convalidação de nulidade processual, o juiz é obrigado a decretá-la, ainda que puder decidir o mérito a favor da parte a quem a aproveitaria.
- B) A propositura de uma ação declaratória de falsidade de título executivo pelo devedor não inibe o credor de promover-lhe a execução.
- C) Não dependem de prova os fatos notórios e os fatos alegados por uma parte e impugnados pela parte adversa.
- D) Se o juiz determinar de ofício o comparecimento pessoal de uma das partes para inquiri-la sobre os fatos da causa e, pessoalmente intimada, a parte não comparecer, ser-lhe-á aplicada a pena de confissão ficta dos fatos a serem esclarecidos.

8) Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a assertiva correta.

- A) O réu que, embora tenha constituído procurador nos autos, não apresentou contestação, será considerado revel e perderá o direito de produzir provas para contrapor-se às alegações do autor, ainda que tenha se manifestado nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.
- B) A parte não é obrigada a depor sobre fatos que lhe acarretem dano ou a cujo respeito, por profissão, deva guardar sigilo.
- C) As partes têm o direito de empregar todos os meios de prova, ainda que não tipificados no ordenamento processual e, uma vez produzida, a prova não poderá ser prejudicial àquela parte que a requereu.
- D) Ao juiz é vedado conhecer de ofício sobre questões a cujo respeito a lei exija iniciativa da parte, a exemplo da convenção de arbitragem, que somente será conhecida pelo juízo se alegada na contestação.

9) Conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a assertiva incorreta.

A) No caso de condenação por quantia certa, transitada em julgado a sentença, deverá o juiz, de ofício ou a requerimento do credor, determinar a intimação do devedor para pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias.

B) São títulos executivos judiciais os créditos de auxiliares da justiça, quando os honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.

C) São títulos executivos extrajudiciais os instrumentos de transação referendados pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pela Advocacia Pública.

D) São impenhoráveis o seguro de vida e os móveis que guarnecem a residência do devedor que não sejam de elevado valor.

10) Considerando os preceitos do Direito Administrativo, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta:

(I) Por força do poder de polícia, a administração tem a prerrogativa de anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e de revogá-los, por conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, independentemente de decisão do Poder Judiciário.

(II) Os órgãos públicos decorrem da desconcentração administrativa e, por serem criados por lei, detêm personalidade jurídica de direito público interno.

(III) Integram a Administração Pública direta as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas.

(IV) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

A) As assertivas I e IV estão corretas.

B) As assertivas I, II e III estão corretas.

C) Apenas a assertiva I está correta.

D) Apenas a assertiva IV está correta.

11) Assinale a alternativa correta.

A) O princípio da isonomia é resguardado constitucionalmente e embasa a possibilidade de se estender, mediante decisão judicial, vantagens pecuniárias a servidores civis que foram outorgadas por lei apenas a servidores militares e que desempenham idênticas funções.

B) A nomeação de parente de segundo grau civil na linha colateral, para cargo de natureza política, pelo chefe do poder executivo configura o chamado nepotismo, conduta vedada por ofensa ao princípio da impessoalidade, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

C) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira,

nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

D) Ação civil pública é a ação constitucional que pode ser proposta por qualquer cidadão visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

12) Assinale a alternativa correta.

A) Quanto ao controle da administração pública, foi adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro o sistema do contencioso administrativo, em que estão presentes a jurisdição administrativa, formada pelos tribunais de natureza administrativa, e a jurisdição comum, incumbida de resolver litígios que não envolvam a administração pública.

B) O prazo prescricional para o ajuizamento de ações indenizatórias contra a Fazenda Pública é trienal, previsto no Decreto n. 20.910/1932.

C) A ocorrência da prescrição da pretensão concernente às sanções por atos de improbidade administrativa implica a desnecessidade do prosseguimento da ação por improbidade administrativa no que tange ao pleito de ressarcimento dos danos causados ao erário.

D) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, sendo que o mandado de segurança coletivo prescinde de autorização especial dos substituídos para ser ajuizado.

13) Considere as assertivas abaixo.

(I) Considerando a definição do Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, originada ou não de sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada.

(II) São impostos de competência estadual o ITCMD, o ICMS e o IPVA, e de competência municipal o IPTU, o ITBI e o ISS.

(III) As taxas poderão ser instituídas pelos Municípios e Distrito Federal pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, a exemplo do serviço de iluminação pública.

(IV) A legalidade e reserva legal, tidas como limitações ao poder de tributar, não são absolutas, admitindo-se que atos do poder executivo alterem alíquotas de determinados tributos.

Assinale a alternativa correta.

A) As assertivas I e III estão corretas.

B) As assertivas II e III estão corretas.

C) As assertivas II e IV estão corretas.

D) Apenas a assertiva IV está correta.

14) Assinale a assertiva incorreta.

- A) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, mas o decurso do prazo prescricional se interrompe, dentre outros motivos, por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- B) Se já ocorreu a prescrição da ação para cobrança do crédito tributário, a confissão espontânea de dívida e seu parcelamento não têm o condão de restabelecer a sua exigibilidade.
- C) O fato gerador do ITBI consiste na transmissão do domínio do bem imóvel, que ocorre com o registro da compra e venda no cartório de registro de imóveis e não da promessa de compra e venda.
- D) O depósito prévio para garantia do juízo é requisito de admissibilidade indispensável para o ajuizamento de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

15) João, domiciliado em Belo Horizonte-MG, na condução de veículo automotor envolveu-se em acidente de trânsito na cidade de Congonhas-MG com veículo conduzido por Pedro, domiciliado na cidade de Conselheiro Lafaiete, tendo sofrido prejuízos materiais no importe de R\$ 10.000,00.

Considerando as regras que fixam a competência territorial dos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

- A) João poderá propor a ação indenizatória contra Pedro no Juizado Especial Cível de Belo Horizonte, de Congonhas ou de Conselheiro Lafaiete.
- B) João poderá propor a ação indenizatória contra Pedro somente no Juizado Especial Cível de Conselheiro Lafaiete.
- C) João poderá propor a ação indenizatória contra Pedro somente no Juizado Especial Cível de Conselheiro ou de Belo Horizonte.
- D) João poderá propor a ação indenizatória contra Pedro somente no Juizado Especial Cível de Congonhas ou de Conselheiro Lafaiete.

16) Assinale a alternativa correta.

- A) Pelo rito sumaríssimo estabelecido pela Lei n. 9.099/95, a competência territorial assume natureza relativa.
- B) Por força do princípio da simplicidade, não é obrigatória a presença pessoal da pessoa jurídica que figura como parte autora nas audiências de conciliação nos Juizados Especiais Cíveis na pessoa de seu sócio-administrador, sendo legalmente autorizada a se fazer representada por preposto ou procurador com poder especial para transigir.

C) No procedimento estabelecido pela Lei n. 9.099/95, a citação poderá ser realizada mediante correspondência com aviso de recebimento em mão própria e, sendo necessário, por oficial de justiça ou por edital.

D) As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público podem propor ação nos Juizados Especiais Cíveis.

17) Assinale a opção correta sobre os embargos de declaração observando-se as regras previstas pela Lei n. 9.099/95.

A) Os embargos de declaração somente podem ser interpostos por escrito e, uma vez apresentados, interrompem o prazo para a interposição do recurso.

B) O prazo para interposição dos embargos de declaração é de 10 (dez) dias, a contar da ciência da decisão.

C) Os embargos de declaração podem ser interpostos por escrito ou oralmente.

D) O prazo de interposição dos embargos de declaração é de 05 (cinco) dias, a contar da ciência da decisão e, uma vez apresentados, suspendem o prazo para interposição do recurso.

18) Assinale a assertiva correta.

A) Podem ser partes autoras nos Juizados Especiais Cíveis as microempresas e empresas de pequeno porte, podendo ambas, inclusive, apresentar pedidos de homologação de recuperação judicial perante tal justiça especializada.

B) São definidas pela Lei n. 9.099/95 como causas cíveis de menor complexidade, dentre outras, aquelas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive ações possessórias sobre bens imóveis cujo valor não exceda ao montante mencionado.

C) Os pedidos formulados em demandas perante o Juizado Especial Cível poderão ser alternativos ou cumulados, desde que, estes últimos, sejam conexos, sendo, todavia, vedada a apresentação de pedidos genéricos sob qualquer pretexto.

D) Tendo em vista os valores que nortearam a criação dos Juizados Especiais, especialmente a efetivação do acesso à justiça, admite-se a possibilidade de que seja exercido o direito de ação independentemente de representação por advogado legalmente habilitado nas causas que não superem o valor de 40 salários mínimos.

19) Segundo as regras concernentes à execução de título executivo extrajudicial previstas na Lei n. 9.099/95, assinale a assertiva correta:

A) Os embargos de devedor poderão ser propostos por escrito ou oralmente, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da realização da penhora.

B) Julgados improcedentes os embargos de devedor não haverá condenação em custas processuais, vez que se trata de sentença proferida pelo juízo de primeiro grau.

- C) Os embargos de devedor poderão ser propostos por escrito ou oralmente em audiência de conciliação a ser designada tão logo efetuada a penhora.
- D) Os embargos de devedor são dotados de efeitos suspensivos, devendo ser apreciados independentemente de garantia do juízo.

20) Considere as assertivas abaixo.

(I) Deixado a parte Autora de comparecer à audiência de conciliação designada no processo de conhecimento regido pela Lei n. 9.099/95, poderão ser a ela aplicadas as sanções consistentes no pagamento das custas do processo e de indenização à parte contrária pelos prejuízos que esta sofrerá para comparecer à próxima audiência a ser designada.

(II) As audiências de conciliação nos processos regidos pela Lei n. 9.099/95 poderão ser conduzidas pelo juiz togado, pelo juiz leigo ou por conciliador sob sua orientação.

(III) No procedimento da Lei n. 9.099/95, a interposição de recurso em face da sentença somente é admitida através de advogado, independentemente do valor da causa, devendo o recurso ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, não sendo admitida a interposição de forma oral.

(IV) Obtida a conciliação numa audiência de conciliação em processo regido pela Lei n. 9.099/95, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado ou pelo juiz leigo, sob a supervisão do juiz togado.

(V) As audiências de instrução e julgamento nos processos regidos pela Lei n. 9.099/95 somente poderão ser dirigidas por juiz togado.

Assinale a assertiva correta:

- A) As assertivas I, II e V estão corretas.
- B) As assertivas II e III estão corretas.
- C) As assertivas I, IV e V estão corretas.
- D) As assertivas I, II, IV e V estão corretas.

21) Assinale a alternativa correta.

A) Conforme autoriza a Lei n. 9.099/95, o acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no Juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.

B) Por força do princípio da simplicidade que norteia o procedimento da Lei n. 9.099/95, não se admite a realização de inspeção judicial em feitos por ela regidos.

C) São requisitos obrigatórios da sentença exigidos pela Lei n. 9.099/95, o relatório, contendo breve resumo dos fatos relevantes, e os elementos de convicção do Juízo, nele compreendidos a fundamentação e o dispositivo.

D) Num processo regido pela Lei n. 9.099/95, a sentença que exceder ao valor do limite de alçada estabelecido na lei mencionada será considerada nula, devendo ser uma nova sentença ser prolatada sanando tal vício.

22) Considere as assertivas abaixo.

(I) Da sentença prolatada em feito regido pela Lei n. 9099/95, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberão recurso nominado e ação rescisória para o próprio Juizado.

(II) Considerando as disposições da Lei n. 9.099/95 sobre a resposta do réu, não é admitida a apresentação de reconvenção, sendo, todavia, facultado ao réu, na contestação, formular pedido contraposto em seu favor, mesmo que fundado em fatos que não constituem o objeto da controvérsia da ação.

(III) No tocante às regras concernentes à prova no procedimento estabelecido pela Lei n. 9.099/95, admite-se a produção da prova testemunhal, observando-se o limite máximo de 3 (três) testemunhas para a prova de cada fato.

(IV) Na execução de uma sentença prolatada em feito regido pela Lei n. 9.099/95, o devedor condenado à revelia poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre causas impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação, anteriores ou supervenientes à sentença.

(V) No processo de execução regido pela Lei n. 9.099/95, não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, por força da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, o processo será suspenso, correndo, todavia, o prazo de prescrição intercorrente conforme estabelecido na lei processual geral.

Assinale a opção correta.

- A) As assertivas II, III e V estão corretas.
- B) As assertivas III e V estão corretas.
- C) Apenas a assertiva III está correta.
- D) Nenhuma das assertivas está correta.

23) Assinale a assertiva incorreta.

A) Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor – CDC, ocorrida uma queda de avião vitimando passageiros e moradores do local do acidente, por não se tratarem de destinatários finais do serviço de transporte aéreo nacional, a relação jurídica surgida entre a fornecedora e os moradores atingidos pelo acidente será regida pelas normas do Código Civil e do Código Brasileiro de Aeronáutica.

B) Celebrado um contrato de consumo e recebido um produto como brinde, ainda que não tenha havido contraprestação e presente o intuito gracioso, estará o brinde abrangido pela relação de consumo do CDC.

C) Conforme pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, a relação jurídica mantida entre o usuário do serviço de transporte aéreo internacional e a companhia aérea, na hipótese de extravio de bagagem, não é abrangida pelo CDC.

D) Apesar da regra geral da responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais, o cirurgião plástico contratado para uma cirurgia estética embelezadora responde objetivamente pelos danos causados a seu paciente.

24) Assinale a alternativa correta.

A) Conforme a sistemática do CDC, apresentado vício no produto dentro do prazo legal de garantia, poderá o consumidor devolvê-lo e exigir a imediata substituição por outro da mesma espécie, a devolução da quantia paga e perdas e danos ou o abatimento proporcional do preço.

B) Por ser o CDC aplicável nas relações jurídicas mantidas com os correntistas, a ocorrência de fortuito externo não afasta a responsabilidade objetiva das instituições bancárias.

C) Prescreve em 03 (três) anos a pretensão indenizatória material e moral pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.

D) O prazo para reclamação dos vícios ocultos em produtos ou serviços duráveis é decadencial de 90 (noventa) dias e somente se inicia no momento em que ficar evidenciado o vício.

25) Considere as assertivas abaixo.

(I) Considerando a classificação tipificada no CDC, uma publicidade será considerada abusiva quando seja capaz, mesmo por omissão, de induzir o consumidor em erro.

(II) Conforme entendimento jurisprudencial pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, é dever do fornecedor/credor a prévia comunicação ao devedor/consumidor sobre a inscrição dos dados deste em cadastros de inadimplentes.

(III) O direito de arrependimento resguardado no CDC não confere ao consumidor que adquire um aparelho televisor na loja das Casas São Paulo o prazo de reflexão de 07 (sete) dias.

(IV) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva, por si só, não garante ao consumidor a prerrogativa de invalidar integralmente o contrato de consumo.

(V) Conforme estabelecido no CDC, a inversão do ônus da prova é direito básico do consumidor, mas não é automática, cabendo ao juiz concedê-la se verificar, no caso concreto, a presença dos requisitos cumulativos da verossimilhança de suas alegações e de sua hipossuficiência.

Assinale a alternativa correta:

A) As assertivas I, II e IV estão corretas.

B) As assertivas II, III e V estão corretas.

C) As assertivas I, III, IV e V estão corretas.

D) As assertivas III e IV estão corretas.

26) São deveres éticos dos juizes leigos, previstos nos atos normativos emanados dos órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- A) Informar às partes, de forma clara e imparcial, os riscos e consequências de uma demanda judicial e buscar a solução alternativa do conflito, mediante técnicas argumentativas de autocomposição, tais como a exposição, em linguagem clara e acessível, sobre o pré-julgamento da causa.
- B) Tratar com urbanidade, cordialidade e respeito os magistrados, partes, membros do Ministério Público e Defensoria pública, advogados, testemunhas, funcionários e auxiliares da justiça.
- C) Subordinar-se às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado, malgrado discrepantes de seu posicionamento pessoal sobre a matéria.
- D) Abster-se da captação de clientela no exercício da função de juiz leigo, ainda que a possível causa esteja excluída da competência do Sistema dos Juizados Especiais da respectiva Comarca.

LÍNGUA PORTUGUESA

O trecho abaixo serve de base às questões 27 e 28.

“Questão velha, polêmica e controvertida, que constitui obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias, mas que sempre viva e exacerbadamente atual, é a do “sigilo bancário”, pois frente ao crédito tributário e ao Fisco, aquele como um bem público relevante e indisponível e este na busca de cumprir os objetivos a que se destina de aferir a real capacidade contributiva, arrecadar tributos, promover a igualdade e a justiça fiscal, colocam-se a preservação e a garantia dos direitos fundamentais invioláveis de privacidade e intimidade inerentes às pessoas dos contribuintes.” (MAIA, Mary Elbe. A inexistência do sigilo bancário frente ao poder-dever de investigação das autoridades fiscais, *Tributação em Revista*, julho/setembro de 1999)

27) Assinale a alternativa que dá continuidade ao trecho, preservando a coerência, a coesão e a progressão de ideias.

- A) No seu âmago, o que exsurge é a discussão acerca dos interesses públicos frente aos interesses privados e qual deles deverá prevalecer.
- B) No cerne da questão, desponta a dicotomia entre um sistema fortemente estatal e o poder fiscalizador da sociedade organizada.
- C) Em suma: trata-se de questionar até que ponto a quebra do sigilo bancário vai contribuir para revelar elisão fiscal e evasão de divisas.
- D) Torna-se, assim, fundamental discutir sob o manto da ética a questão da inexistência de sigilo bancário em estados democráticos de direito.

28) Assinale a proposição nuclear do texto, aquela que contém a ideia-síntese em torno da qual se desenvolve sintática e semanticamente o parágrafo.

- A) Questão velha, polêmica e controvertida é a do sigilo bancário frente ao crédito tributário e ao Fisco.
- B) Frente ao crédito tributário e ao Fisco, coloca-se a questão do sigilo bancário como um obstáculo à ação das autoridades administrativo-tributárias.
- C) Por ser um bem público relevante e indisponível, o crédito tributário deve preservar e garantir o direito de privacidade do contribuinte.
- D) A preservação dos direitos fundamentais de privacidade dos contribuintes frente ao crédito tributário e ao Fisco deve ser colocada na discussão da questão do sigilo bancário.

29) A frase em que os homônimos ou parônimos estão com significação invertida é:

- A) Era iminente a queda do eminente deputado.
- B) A justiça infringe uma pena a quem inflige a lei.
- C) O mandado de segurança impediu a cassação do mandato.
- D) O nosso censo depende exclusivamente do senso de responsabilidade do IBGE.

30) Analise as assertivas abaixo.

(I) O deputado defendeu a discriminação da conduta e sua ascensão à presidência da Câmara dos Deputados foi desencadeada por tal ato.

(II) Os deputados, pretensiosos, chegaram atrasados para a seção.

(III) Sentimentos indiscretíveis transformaram o humor dos presentes.

(IV) A obsessão é prejudicial ao discernimento.

Assinale a alternativa em que a grafia está correta e preserva o correto sentido:

- A) A grafia está correta nas assertivas I, II e IV.
- B) A grafia está correta em todas as assertivas.
- C) A grafia está correta nas assertivas I e IV.
- D) A grafia está correta apenas na assertiva IV.

31) Escolha a alternativa que preencha corretamente as lacunas da assertiva abaixo.

O policial _____ entre os litigantes, razão pela qual _____ promoção e _____ que teria uma bela carreira.

- A) entrevistou – obteve – previu.

- B) interveio – obteu – preveu.
- C) interveio – obteve – previu.
- D) entreviu – obteve – previu.

32) Assinale a alternativa em que a conjugação do verbo HAVER desrespeita a norma culta.

- A) Eles sabiam que deviam haver punições para os que violassem as regras.
- B) Mesmo assim, os adultos houveram por bem recomendar cautela a todos.
- C) Dessa maneira, não haveria arrependimentos nem lamentos mais tarde.
- D) Naquela situação de tensão, os garotos se houveram com muita discrição e elegância.

33) Preencha as lacunas da frase abaixo e assinale a alternativa correta.

Comunicamos ___ V. Sa. que encaminhamos ___ petição anexa ___ Divisão de Fiscalização que está apta ___ prestar ___ informações solicitadas.

- A) a, a, à, a, as.
- B) à, a, à, à, as.
- C) à, a, à, a, as.
- D) a, à, à, a, as.

34) Assinale a alternativa que preencha corretamente as lacunas da frase.

___ fraudes e acredito que sempre _____.

- A) Houve, não de existir.
- B) Houveram, não de existir.
- C) Houve, há de existir.
- D) Houveram, há de existir.

35) Considere as assertivas abaixo.

(I) Assisti a corrida no autódromo.

(II) O médico assistiu o paciente no terminal de emergência.

(III) Aspiro a um bom cargo na direção.

(IV) Férias é um direito que assiste a todos.

(VI) Todos aspiramos a fumaça tóxica.

Assinale a alternativa correta.

- A) As assertivas I e III contrariam as normas de regência.
- B) As assertivas II, III, IV e VI contrariam as normas de regência.
- C) Apenas a assertiva I contraria as normas de regência.
- D) Nenhuma das assertivas contraria as normas de regência.

36) Aponte a figura presente na frase: “Naquela terrível luta, muitos adormeceram para sempre”.

- A) Antítese.
- B) Eufemismo.
- C) Pleonasma.
- D) Prosopopeia.

37) Aponte a alternativa em que não há erro no emprego da norma culta da língua.

- A) Não há exceções entre os ministros. Qualquer dúvida constitui questionamento descabido.
- B) A conduta do novo ministro se resume à desprezível tentativa de assumir o poder e evidencia a falibilidade do sistema de segurança.
- C) O incauto sujeito passou a vociferar injúrias contra o indefeso idoso, o que justificou a condução coercitiva.
- D) A rubrica lançada no documento foi desconsiderada intencionalmente pela autoridade ao compulsar o procedimento.

38) Assinale a alternativa em que à direita de cada palavra há um sinônimo.

- A) emergir = vir à tona; imergir = mergulhar
- B) emigrar = entrar (no país); imigrar = sair (do país)
- C) dispensa = cômodo; despensa = desobrigação
- D) deferir = diferenciar; diferir = conceder

